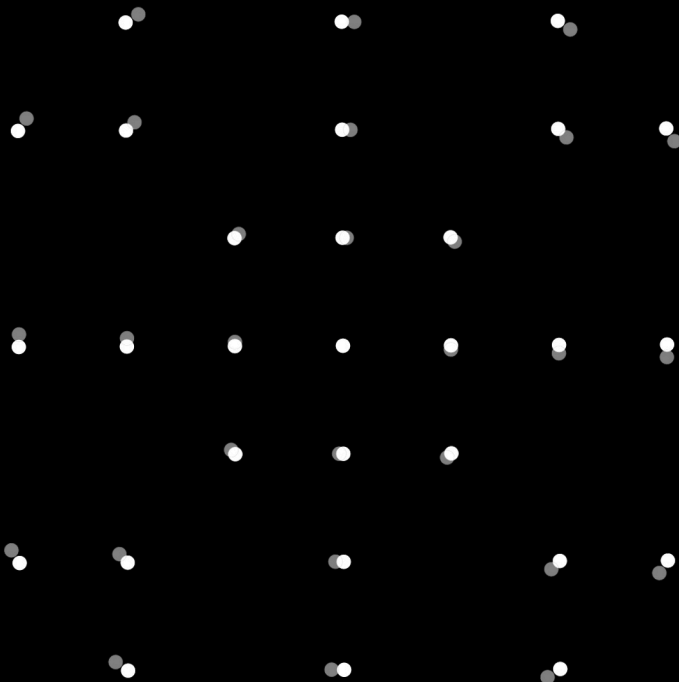

Diálogos transdisciplinares

ciências humanas,
cultura,
tecnologia



**Diálogos transdisciplinares:
ciências humanas, cultura, tecnologia**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA

Gestão 2020-2021

Presidente

Gerson Roberto Neumann — UFRGS

Vice-Presidente

Andrei dos Santos Cunha — UFRGS

Primeira Secretária

Cinara Ferreira — UFRGS

Segundo Secretário

Carlos Leonardo Bonturim Antunes — UFRGS

Primeiro Tesoureiro

Adauto Locatelli Taufer — UFRGS

Segunda Tesoureira

Rejane Pivetta de Oliveira — UFRGS

Conselho Deliberativo

Membros efetivos

Betina Rodrigues da Cunha — UFU

João Cezar de Castro Rocha — UERJ

Maria Elizabeth Mello — UFF

Maria de Fátima do Nascimento — UFPA

Rachel Esteves de Lima — UFBA

Regina Zilberman — UFRGS

Rogério da Silva Lima — UNB

Socorro Pacífico Barbosa — UFPB

Membros suplentes

Cassia Maria Bezerra do Nascimento — UFAM

Helano Jader Ribeiro — UFPB

Diálogos transdisciplinares: ciências humanas, cultura, tecnologia

Todos os direitos desta edição reservados.

Copyright © 2022 da organização:
Adauto Locatelli Taufer, Andrei dos Santos Cunha e Bruno Costa Zitto.
Copyright © 2022 dos capítulos:
suas autoras e autores.

Coordenação editorial

Roberto Schmitt-Prym

Conselho editorial

Betina Rodrigues da Cunha — UFU
João Cezar de Castro Rocha — UERJ
Maria Elizabeth Mello — UFF
Maria de Fátima do Nascimento — UFPA
Rachel Esteves de Lima — UFBA
Regina Zilberman — UFRGS
Rogério da Silva Lima — UNB
Socorro Pacífico Barbosa — UFPB
Cassia Maria B. do Nascimento — UFAM
Helano Jader Ribeiro — UFPB

BESTIÁRIO



Rua Marquês do Pombal, 788/204
CEP 90540-000
Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: (51) 3779.5784 / 99491.3223
www.bestiario.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D536	Díálogos transdisciplinares [recurso eletrônico]: ciências humanas, cultura, tecnologia / organizado por Adauto Locatelli Taufer, Andrei dos Santos Cunha, Bruno Costa Zitto. - Porto Alegre: Class, 2022. 280 p.; PDF; 3,3 MB. Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-65-84571-37-2 (Ebook) 1. Literatura brasileira. 2. Ensaio. I. Taufer, Adauto Locatelli. II. Cunha, Andrei dos Santos. III. Zitto, Bruno Costa. IV. Título.
2022-886	CDD: 869.94 CDU: 82-4(81)

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura: Ensaio 869.94
2. Literatura: Ensaio 82-4(81)

Projeto gráfico

Mário Vinícius

Capa

Mário Vinícius
Larissa Rezende (estagiária)

Diagramação

Larissa Rezende

Revisão

Adrielle Albuquerque de Souza
Amanda Tiemen Mello
Andrei dos Santos Cunha
Bruno Costa Zitto
Gerson Roberto Neumann

Como citar este livro (ABNT)

TAUFER, Adauto Locatelli; CUNHA, Andrei dos Santos; ZITTO, Bruno Costa (orgs.). *Díálogos transdisciplinares: ciências humanas, cultura, tecnologia*. Porto Alegre: Bestiário / Class, 2022.



A presente publicação foi realizada com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Os editores não se responsabilizam pelo conteúdo do livro ou por suas consequências legais. Os textos que compõem este volume são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a linha programática ou ideológica da Editora Bestiário ou da Associação Brasileira de Literatura Comparada. A Associação e a Editora se abstêm de responsabilidade civil ou penal em caso de plágio ou de violação de direitos intelectuais decorrentes dos textos publicados, recaindo sobre os autores que infringirem tais regras o dever de arcar com as sanções previstas em leis ou estatutos.

Para um comparatismo decolonial

Rita Terezinha Schmidt (UFRGS)¹

Vivemos num tempo difícil e de grandes desafios. Não me refiro somente à pandemia da COVID-19 que tomou o mundo de assalto em fevereiro de 2020, mas sim ao retorno de governos fundamentalistas e autoritários em várias partes do mundo, incluindo no Brasil. Em nosso país, a marca de tal governo ganha expressão em afirmações levianas sobre a irrelevância dos saberes das Humanas sob alegações de que não agregam nada ao desenvolvimento do país. Fica evidente que esses ataques sistemáticos têm como objetivo diminuir, se não neutralizar, a voltagem dos saberes das Humanas, o alcance de seu poder de reflexão teórica e de intervenção crítica no campo cultural, social, histórico e político. Além disso, têm sido veiculadas, via imprensa falada ou redes sociais, críticas virulentas às universidades federais que decorrem de uma visão intencionalmente deturpada baseada na afirmação de que a universidade é espaço de dominação ideológica quando, na realidade, é o governo central que investe pesadamente no seu posicionamento ideológico para criar uma falsa consciência por meio de manipulações discursivas e de notícias não verdadeiras. As tentativas de derrubar o Marco Civil da Internet para permitir a disseminação de *fake news* é um exemplo gritante dessa tentativa. Hoje, nos deparamos com uma nova/velha forma de colonialismo, de mentes e de corpos, que vitimiza principalmente os povos indígenas, homens e mulheres negras, mulheres brancas e pessoas identificadas com a sigla LGBTQIA+, bem como todo o segmento da população mais vulnerável, economicamente falando. Vivemos em estado de apreensão, senão de sobressalto, a cada dia que passa. O que nos salva é o que fazemos, a produção de conhecimentos e a reflexão crítica, o que sempre foi, e ainda é, temido por governos autocráticos.

1. Professora doutora, titular e docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora 1B do CNPq. Membro do Comitê de Estudos de Gênero da Associação Internacional de Literatura Comparada (ICLA) desde 2006 e membro eleito, em 2019, do Comitê Executivo da mesma Associação.

A área de Literatura Comparada é uma área que rompeu com as fronteiras institucionalizadas dos estudos de literatura e, talvez por isso mesmo, é uma área que tem se expandido significativamente nas duas últimas décadas de maneira que é crescente e inegável a sua importância no que diz respeito aos rumos de pesquisa e produção de conhecimento no campo literário-cultural do país. Trata-se de um campo singular de produção de discursos e práticas que desestabilizam as chamadas oposições binárias, tais como centro/margem, dentro/fora e, nesses termos, a prática comparatista pode ser tomada como um gesto de resistência ao que está posto no nosso horizonte político, uma vez que o comparatismo detém a potência de interpelar discursos e reconfigurar identidades e coletividades que repercutem no estudo do campo expandido da nação enquanto literatura/escritura/ pertencimento/conhecimento. Desde sua concepção no século XIX, a Literatura Comparada se tornou uma área do conhecimento marcada por uma ousadia intelectual que revolucionou a divisão disciplinar ao promover um movimento contínuo de ultrapassagem dos limites que tradicionalmente haviam sistematizado os estudos de literatura. Assim, o comparatismo tomou a dianteira na produção e inovação do conhecimento na área de teoria e dos estudos literários em geral ao colocar em destaque o seu impulso primeiro e a sua razão de ser, ou seja, seu comprometimento ético em direção ao outro — o outro texto, a outra linguagem, o outro imaginário, a outra história, a outra cultura. Diga-se de passagem, o princípio da alteridade não é meramente entendido como o conteúdo de um enunciado textual, mas como o meio pelo qual se torna possível a própria enunciação de um discurso teórico-crítico. Isso quer dizer que a diferença, como categoria analítica, constitui um valor em si, uma vez que fundamenta a produção de conhecimento das inter-relações discursivas nos eixos textual, cultural, social, histórico e político. Nesse sentido, cabe destacar a importância das considerações da comparatista Mary Louise Pratt em seu ensaio de 1995 que continua atualíssimo, intitulado “Comparative literature and global citizenship”. Afirma Pratt que, em tempos de diásporas e exílios em escala planetária, produzidos por um sem-fim de conflitos étnico-raciais, pela intolerância religiosa e pelos novos fundamentalismos, “a literatura comparada se transforma em um espaço especialmente acolhedor para o cultivo do multilinguismo, da poliglossia, das artes de mediação cultural, da compreensão das culturas e de uma consciência global” (p.

59, tradução minha). Segundo Pratt, o comparatismo é um empreendimento acadêmico, e também uma forma de cidadania cultural em um mundo globalizado, por isso afirma que é fundamental que avancemos na concepção da literatura comparada como um lugar poderoso de renovação intelectual nos estudos da literatura e da cultura.

Revisitando algumas questões da trajetória da literatura comparada, pode-se afirmar que, na recusa em se constituir como mais uma ciência das origens, em termos de explicação causal, o comparatismo preconizou o princípio teórico-metodológico da rede de relações entre diferentes literaturas nacionais, relações essas tornadas visíveis na concepção de um terceiro espaço em que a noção do próprio e do alheio — para evocar a saudosa amiga e colega Tania Carvalho (2003) — compõem um campo de significações atravessadas por confluências e diferenças. Nesse sentido, a voltagem do comparatismo não pode ser dissociada de um viés político, particularmente em se tratando de relações desiguais entre literaturas dominantes (centro) e literaturas periféricas (margens). Por outro lado, a literatura comparada propicia também uma reflexão de cunho “metacrítico” sobre a própria genealogia de conceitos, tais como o de literatura, tal como declinado pela cultura letrada, de cânone e de historiografia literária. São conceitos passíveis de serem historicizados e problematizados, tendo em vista seus comprometimentos históricos com estruturas hegemônicas como o etnocentrismo, o patriarcalismo e o racismo, o que é particularmente relevante em zonas de forte colonização e dependência cultural, como nos países da América Latina. Assim, considerando que essas literaturas nacionais se constituíram e se desenvolveram na periferia do ocidente, não podem elas serem definidas em termos de homogeneidade e totalidade uma vez que constituem um lugar limiar de produção de sentidos e valores, resultado de processos de colonização, trânsitos, importações, silenciamentos e heranças locais que decalcam identidades culturais diversas, plurais e fronteiriças.

É importante frisar que a noção de espaço limiar, em termos de nossa geografia brasileira e sul-americana, tem a potencialidade de rasurar as distinções hierarquizadas do pensamento ocidental para cá transplantadas, permitindo que se identifique as intraduzibilidades interculturais, resistentes a assimilações, sobre as quais tratarei mais adiante. É por via da liminaridade que se pode distinguir mediações e diferenças, processos que trazem contribuições para a

descolonização do pensamento, inclusive sobre as ideias que temos sobre quem somos, uma vez que a instituição literária sempre esteve atrelada, e mesmo definida, em termos de espaço e do *ethos* nacional. Nesse sentido, tomar a diferença e a liminaridade como norte do comparatismo significa deslocar o tópico das relações desiguais entre literaturas periféricas e literaturas do ocidente europeu para colocar o foco nas relações intraculturais que constituem o espaço cultural heterogêneo das nações latino-americanas.

Tal movimento pressupõe examinar as relações entre centro e margens a partir de fronteiras intranacionais de modo a tornar visível outros textos, outros discursos, outros imaginários silenciados na história da colonização e hegemonia patriarcal e seu monopólio da escrita de extrato letrado. Nesse contexto, refiro-me à historiografia literária brasileira e seu vínculo placentário com as literaturas europeias, como bem observa Antonio Candido (1989) em seu ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”. Tal afirmação coloca em evidência a força e a vigência de valores afinados com o paradigma da modernidade ocidental, seja do ponto de vista de sua organização histórico-linear, isso é, da gênese à evolução, seja do ponto de vista do elenco de escritores canônicos. Com relação a estes, chama atenção o pertencimento declinado pelo gênero, raça e posição social, ou seja, são homens brancos, com certo estatuto social e procedentes de alguns centros metropolitanos do país situados na costa leste. Tal enquadramento significa dizer que o campo discursivo canônico não representa a nação/nacionalidade, muito embora essa ideia tenha sido disseminada no passado e ainda tem vigência em certos redutos. Se o cânone constitui um espaço elitizado e hierarquizado, não deixa de ser ele uma forma de dominação cultural de parte de um segmento específico de uma “comunidade imaginada”, termo que tomo de empréstimo da obra clássica de Benedict Anderson, de 1993, sobre literatura e nacionalismo.

Levantar a questão da historiografia literária brasileira a partir de um olhar comparatista constitui um gesto decolonial na medida em que coloca em pauta a violência simbólica de sua narrativa em termos de suas exclusões, de autorias e de textos, os quais, via de regra, inscrevem outros pertencimentos sociais/regionais, bem como inscrições de diferenças de gênero, raça e classe. Necessário chamar a atenção para o fato de que exclusões sempre estiveram *pari passu* com a lógica de poder e de violência da colonização nos países

latino-americanos, uma lógica definida como a colonialidade do poder por Aníbal Quijano (1998) em seu ensaio “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”. O conceito de Quijano surgiu no rastro de discussões sobre processos de descolonização de países do chamado Terceiro Mundo, com sua diversidade de histórias, culturas e geografias e que passaram por períodos de “descoberta” e processos violentos de colonização. Conforme esclarece Walter Mignolo (2017) em seu ensaio “Desafios decoloniais hoje”, as bases históricas da decolonialidade foram lançadas na Conferência de Bandung (Indonésia) em 1955, na qual se reuniram 29 países da Ásia e da África com o objetivo de formular as bases de uma visão comum de futuro não alinhado no espectro da polarização de sistemas tais como capitalismo/comunismo. O caminho encontrado foi o da descolonização, uma forma dos países se desprenderem das macro-narrativas ocidentais. O conceito “decolonial” começou a circular na América Latina durante a década de 1990 nos discursos de intelectuais latino-americanos e de alguns da América do Norte, que investiram na constituição de uma visão crítica do projeto histórico colonizador. Nesse contexto, evoco a obra seminal *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, publicada nos Estados Unidos em 1992, mas escrita na década de 1980, conforme afirma Mary Louise Pratt na sua Introdução. Trata-se da primeira obra a colocar em discussão o colonialismo europeu nas Américas a partir do século XVIII que, segundo Pratt, constitui o século da consciência planetária em termos do surgimento de um discurso da história que naturaliza a burguesia europeia como presença global de autoridade. O discurso do colonialismo, segundo a autora, é a história da vigilância, da avaliação de recursos e do controle político da população. Em sua análise das narrativas de viagens que europeus fizeram à América Latina no período do declínio imperial, da expansão do capitalismo e do apogeu do tráfico de escravos, há um mapeamento de imagens e discursos que mostram a instrumentalização dos povos nativos e de pessoas negras escravizadas, um processo de objetificação do outro não-europeu como se esse não tivesse nenhum passado, nenhuma história. Com o foco nos processos de transculturação, um discurso em que grupos subordinados selecionam e criam suas histórias a partir do contato com o que é veiculado pela cultura metropolitana, Pratt denuncia o genocídio colonial que aconteceu em países da América Latina e do Caribe. Pela visão crítica

do projeto colonizador, sua obra é pioneira do gesto decolonial nas Américas, publicada no mesmo ano da obra de Aníbal Quijano, ambos de uma geração de pensadores da chamada “virada decolonial” iniciada na década de 1990.

O conceito formulado por Quijano, a “colonialidade do poder”, foi retomado pelo comparatista Walter Dignolo, para quem a tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade cobre um único conceito, uma vez que se refere à matriz ou padrão colonial do poder. Particularmente na obra *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*, Dignolo (2011) reconhece seu débito à obra de Quijano e elabora sobre o que define como um contradiscurso da modernidade a partir do circuito transatlântico leste/oeste. O período moderno/colonial, segundo o teórico, abriu as comportas para o processo de ocidentalização das Américas e a questão étnico-racial constitui o eixo fundador da diferença colonial. Nesse contexto, a perspectiva decolonial constitui uma nova forma de pensar a história, uma vez que o conceito se desvincula das cronologias europeias e de seus paradigmas ou epistemes, tais como o moderno, o pós-moderno, a teoria newtoniana, a teoria da relatividade, entre outros. Não que esses paradigmas sejam alheios ao pensamento decolonial, mas deixam de ser referência de legitimidade epistêmica uma vez que o pensamento fronteiriço constitui a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial. Assim, para Dignolo, as modernidades, na periferia do ocidente, postulam seu direito de existir, são pluriversais e colocam em questão o conceito ocidental de modernidade transvestido de universalidade. Abro aqui um parêntesis para esclarecer que o pensamento decolonial ganhou força na América Latina a partir de 1998, com a formação do grupo denominado *Modernidad/Colonialidad* ou *Proyecto M/C*, um importante coletivo de pensamento crítico formado por intelectuais latino-americanos e que constituiu uma rede transdisciplinar e multigeracional com suas linhas distintas de pensamento, mas que convergiram em torno da proposta de uma perspectiva analítica decolonial. Dentre os participantes, destacam-se os sociólogos Aníbal Quijano (já mencionado), Edgardo Lander, os antropólogos Arturo Escobar e Fernando Coronil, o crítico literário Javier Sanjinés, os semiólogos Walter Dignolo e Zulma Palermo (com quem tenho a honra de compartilhar essa mesa-redonda do Congresso da ABRALIC) e os filósofos Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e María Lugones, cuja posição no referido grupo a

distingue em termos de seu pioneirismo e que hoje é referência nas reflexões teóricas do feminismo decolonial.

Maria Lugones foi uma filósofa argentina e professora de literatura comparada e estudos feministas na Universidade de Binghamton, Nova York, e que, em razão de seu falecimento em 2020, foi homenageada pela editora brasileira Ape'Ku com o lançamento, no mesmo ano, do livro intitulado *Feminismos decoloniais: homenagem a Maria Lugones*, o qual traz um de seus textos de grande repercussão. Trata-se do artigo intitulado “Heterossexualismo e o sistema colonial moderno de gênero”, originalmente publicado no periódico *Hypatia* em 2007, no qual Lugones argumenta que a colonização moderna inaugurou uma nova forma de exclusão de pertencimentos étnico-raciais baseado na premissa de que o outro é desprovido de humanidade. Segundo ela, o fundamento dessa hierarquia foi a distinção do humano e do não-humano, o que significa que todos os povos originais das Américas e escravos africanos foram definidos como selvagens, animais. Mas, na sua releitura do conceito de Quijano, a colonialidade do poder, Lugones estabelece uma diferença para renomeá-lo como colonialidade de gênero, o que é considerado hoje sua contribuição original ao feminismo decolonial e às teorias feministas contemporâneas de modo geral. Na formulação de seu conceito, a filósofa afirma que a pressuposição universalista que subjaz em grande parte das teorias feministas ignorou questões específicas sobre as mulheres negras e indígenas, particularmente na geografia ao sul do Equador. Lugones concorda com a noção de que a oposição humano/não-humano foi instrumental aos processos do colonialismo moderno nos países latino-americanos; contudo, faz uma intervenção importante ao argumentar que a mulher negra/indígena sempre foi definida como fêmea, em oposição à definição normativa da mulher branca, uma versão humanizada, mas inferior, do homem branco. Assim, para Lugones, a expressão “mulher colonizada” é uma categoria vazia, considerando-se que nenhum ser humano definido como “mulher” é colonizado e que nenhuma mulher colonizada é considerada uma mulher. Isso significa dizer que as categorias de gênero e raça fazem parte de uma estrutura hierárquica ontológica que pautou o critério para definir quem é o humano (o homem branco), quem é definido como o humano de menos (a mulher branca) e quem é simplesmente fêmea (a mulher negra). Nesse contexto, pode-se afirmar que no sistema da colonialidade de gênero na América

Latina, todas as mulheres sofreram, em seus corpos, graus diferenciados de opressão, mas foram as mulheres negras e indígenas que sofreram a violência do processo de desumanização. No Brasil, o viés decolonial ganhou expressão recente na obra da filósofa Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), na qual discute a relação gênero-raça no Brasil e defende o argumento de que a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial. Nesse sentido, propõe uma visão afro-latino-americana do feminismo. Para a filósofa Sueli Carneiro (2019), cuja posição se aproxima do pensamento de Maria Lugones, a variável racial foi responsável pela produção de gêneros subalternizados, tanto no que diz respeito a uma identidade feminina estigmatizada (da mulher negra) quanto em relação à identidade masculina subalternizada (dos homens negros). Para ela, a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é discutir as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de marginalização e exclusão social.

Do ponto de vista da perspectiva decolonial feminista, o exercício crítico que hoje se faz necessário, e mesmo urgente, é o de repensar a historiografia literária brasileira, cujo método é datado, o que significa dizer que seu modelo linear historicista, em sintonia com a concepção da história como uma ciência diacrônica, está ultrapassado. Além disso, há um outro elemento que torna o legado historiográfico passível de crítica. Ao cumprirem o papel de institucionalizar o cânone da literatura brasileira, uma visão pretensamente totalizante da comunidade imaginada da nação consolidada pela tradição romântico-modernista, as histórias da literatura brasileira contemplam escritores homens e situados em zonas geográficas culturalmente privilegiadas. Esse fato revela que o critério de seleção nasceu sob o signo do poder patriarcal de uma intelectualidade metropolitana, comprometida com uma visão do país compatível com valores de uma elite letrada e alheia às produções geradas nas fronteiras internas da nação. Sob esse ponto de vista, essas histórias constituem um dispositivo de poder simbólico, o que explica o silêncio sobre textos de autorias ex-cêntricas².

2. Nesse sentido, cabe destacar a gigantesca pesquisa coordenada pela pesquisadora Zahidé L. Muzart, da Universidade Federal de Santa Catarina, durante a década de 1990 e primeira década do século XXI. Muzart, juntamente com

Num país multicultural como o nosso, não existe uma única tradição de escrita, uma única forma de expressão estética, um único imaginário. Portanto, pensar o campo da produção literária brasileira a partir da interculturalidade e da interseccionalidade significa dar visibilidade a produções que, ao inscreverem outras dimensões de subjetividade, de percepção, de escrita e de conhecimento, expõem a falsidade do chamado discurso da unidade nacional, o “todos em um”, expressão que evoca, em gênero e grau, a modernidade europeia associada ao estado, progresso, civilização, racionalidade e cidadania universal. Pode-se dizer que o tempo das nações ao sul do Equador só é homogêneo para o olhar ocidentalizado, um olhar que compactua com o dispositivo de poder que se perpetua até os dias de hoje. Na perspectiva decolonial, o tempo é heterogêneo porque responde à superposição de experiências de distintos grupos sociais, uma simultaneidade desigual em termos de heranças em um contexto histórico, político e cultural de diferenças, conflitos e silenciamentos. Importante salientar que a opção decolonial não se configura como apenas mais uma teoria, mas sim como uma nova forma de pensar nossa história, o que nos coloca, necessariamente, na contramão do projeto moderno de bem-estar social que operou a maquinaria da colonização, da escravidão e da domesticação e, mais, que reduziu as mulheres, os povos indígenas e as etnias africanas ao chamado “outro”, invisível do corpo da nação. Como ferramenta analítica, o decolonial é o caminho para se poder reconhecer e comparar a diversidade dos lugares de fala que não foram reconhecidos como legítimos, de formas estéticas diferenciadas e situadas em espaços geográficos, culturais e políticos que não os espaços institucionalizados pela história do mundo letrado. Portanto, o comparatismo decolonial exerce uma importante função crítico-ética na produção de saberes, nos processos de resistência e de emancipação, bem como na formação de competências para vivermos juntos.

Há pelo menos três décadas não tenho resposta para uma pergunta

uma equipe representativa de pesquisadoras brasileiras de várias regiões do país, desenvolveu o projeto financiado pelo CNPq intitulado “Escritoras brasileiras do século XIX”. O resultado foi publicado em 3 volumes, totalizando mais de três mil páginas. Do elenco de escritoras brancas e negras, de norte a sul do país, presentes nos três volumes, nenhuma obteve reconhecimento de parte de críticos ou historiadores.

que me persegue: o que constitui a literatura brasileira? Sabe-se que nas duas últimas décadas a produção literária tem sido expressiva, com o crescimento exponencial de selos editoriais e de pequenas e médias editoras independentes, espalhadas por todas as regiões do país. Sabe-se também que há uma diversidade de pertencimentos em termos de autoria, que procede de múltiplos lugares, e de que essa produção desvela universos pujantes de criatividade em termos de linguagens, histórias, conhecimentos e memórias que carregam heranças tradicionais e ancestrais. Trata-se de um imaginário rico de brasilidades, diverso em termos de vozes e práticas escriturais, questionador diante das dificuldades, das injustiças e dos silenciamentos e poderoso em termos de intervenção na história oficial. Diante desse contexto, existe a urgência de uma cartografia da produção literária para fins de estudo e de pesquisa. Não se trata de constituir um novo cânone, mas de um acervo que possa se tornar referência ao dar visibilidade à heterogeneidade literária em sintonia com a diversidade que nos constitui. Há, hoje, uma demanda política de descolonização; portanto, no meu entender, uma cartografia da produção literária brasileira seria uma forma de descolonizar o nacional e, quem sabe, constituir uma nova narrativa da literatura brasileira.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140–162.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271–289.
- CARVALHAL, Tania. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- DIAS, Maria C. et al. *Feminismos decoloniais: homenagem à Maria Lugones*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

- LUGONES, Maria. *Peregrinajes. Teorizar una coalición contra múltiples opresiones*. Buenos Aires: Sino, 2021.
- MIGNOLO, Walter. *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University, 2011.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge, 1992.
- PRATT, Mary Louise. *Comparative literature and global citizenship*. In: BERNHEIMER, C. *Comparative Literature in the age of multiculturalism*. Baltimore: Johns Hopkins, 1995, p. 58-65.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina*. In: *Ecuador DEBATE*, Quito: CAAP, n. 44, p. 227-238, agosto de 1998.